



ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR

PREGÃO PRESENCIAL: N° 42/2017

ABERTURA: 20/11/2017 às 09:00

OBJETO: “A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) VEÍCULOS ZERO QUILOMETRO DESTINADOS A SECRETARIA DE SAÚDE E DE 01 (UM) VEÍCULO ZERO QUILOMETRO DESTINADO A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, AMBAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS-PR, OBSERVADAS AS CARACTERÍSTICAS E DEMAIS CONDIÇÕES DEFINIDAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.”.

Sr (a). Pregoeiro (a),

A NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 04.104.117/0007-61, com endereço na Rodovia Nissan, nº 1.500, Polo Industrial, na Cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominada **NISSAN**, por seu procurador infra-assinado, vem respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, apresentar sua **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** em referência, nos seguintes termos:

## I. INTRODUÇÃO

A NISSAN teve acesso ao Edital e constatou que, tal como formulada a licitação, **haverá enorme restrição do universo de ofertantes**, por desatendimento a diversos dispositivos das Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, as quais tem aplicação subsidiária à modalidade de Pregão.

Tal vício do Edital, se não corrigido tempestivamente, poderá comprometer a higidez jurídica do certame, com consequências que certamente alcançarão a paralisação da licitação pelas instâncias de controle. A NISSAN pede vênica



para sustentar abaixo as razões que fundamentam a presente impugnação.

## II. TEMPESTIVIDADE

A licitação em epígrafe tem sua Sessão Pública de Abertura das propostas agendada para o dia 20 de Novembro de 2017, às 09:00 sendo o prazo e as normas para impugnação regulamentados pelo artigo 12 do Decreto 3.555/00, nos seguintes termos:

“Art. 12. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.”

Levando-se em conta o prazo estabelecido, bem como considerando que a data fixada para abertura das propostas, deve ser a presente impugnação considerada, nestes termos, plenamente tempestiva.

## III. DA CLÁUSULA IMPUGNADA

### DO PRAZO DE ENTREGA

**TRAZ O EDITAL EM SEU TEXTO: “O PRAZO DE ENTREGA DOS VEÍCULOS É 30 (TRINTA) DIAS.”.**

Ocorre que tal exigência impede a Requerente de participar deste certame, tendo em vista que o tempo de montagem final e envio ao concessionário ultrapassa esse período, podendo demandar um prazo de até 120 (cento e vinte) dias para que o procedimento de aquisição, preparação e efetiva entrega dos veículos no órgão demandante.





O edital ora impugnado contém defeitos, tendo em vista o curtíssimo prazo de entrega da mercadoria nele previsto, razão pela qual urge necessário e imprescindível a alteração do mesmo, nos termos da Lei nº 8.666/93 e do Decreto nº 5.450/05, para fins de majorar o referido prazo.

#### DOS PNEUS - ITEM 01

**É TEXTO DO EDITAL: “PNEUS 175/65.”.**

Na especificação do objeto, o Edital solicita que o veículo ofertado tenha a medida dos pneus com medida 175/65.

Ocorre que o veículo que a Requerente deseja apresentar possui pneus de medida “175/60”, diferença mínima daquela solicitada. Trata-se de uma diferença irrisória tendo em vista o que foi solicitado no edital, mostrando que a não aceitação caracterizaria apenas luxo desnecessário, restringindo a participação de um fornecedor apenas por uma característica irrisória, uma vez que, a diferença das medidas apresentada aumente a competitividade no certame.

#### DO PORTA MALAS

##### ITEM 01

**É TEXTO DO EDITAL: “PORTA MALAS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 285 (DUZENTOS E OITENTA E CINCO) LITROS.”.**

O Edital exige que a capacidade do porta malas deva ser de no mínimo 285 litros, característica que difere daquela apresentada pelo veículo da Requerente, quer seja, 265 litros.



ITEM 02

**É TEXTO DO EDITAL: “PORTA MALAS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 480 (QUATROCENTOS E OITENTA) LITROS.”.**

É exigência do edital, no item 02, que a capacidade do porta malas deva ser de no mínimo 480 litros, característica que difere daquela apresentada pelo veículo da Requerente, quer seja, 460 litros.

Assim, entende-se que as diferenças apresentadas são irrisórias e não podem restringir a participação de um licitante, em se tratando de bens tão comuns. Assim, pedimos que esta Administração reconheça tal irrisoriedade e aceite o veículo ora ofertado.

**DA EXIGENCIA DE CLAUSULA RESTRITIVA SEM A DEVIDA INDICAÇÃO DE MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA**

O princípio da motivação determina que a autoridade administrativa deve apresentar as razões que a levaram a tomar uma decisão. A motivação é uma exigência do Estado de Direito, ao qual é inerente, entre outros direitos dos administrados, o direito a uma decisão fundada, motivada, com explicitação dos motivos. Sem a explicitação dos motivos torna-se extremamente difícil sindicá-lo, sopesar ou aferir a correção daquilo que foi decidido, por isso, é essencial que se apontem os fatos, as inferências feitas e os fundamentos da decisão. A falta de motivação no ato discricionário abre a possibilidade de ocorrência de desvio ou abuso de poder, dada a dificuldade ou, mesmo, a impossibilidade de efetivo controle judicial, pois, pela motivação, é possível aferir a verdadeira intenção do agente.

A Constituição Federal não admite que as licitações contenham cláusulas restritivas à participação dos interessados: art. 37, XXI:





### **Constituição Federal de 1988**

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)

Esta disposição é repetida no art. 3º, § 1º, I, da Lei n. 8.663/93:

### **Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993.**

**Art. 3º** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento)

**§ 1º** É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou



frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

Então, por disposição constitucional e legal, as únicas exigências que a administração pode fazer dos interessados em licitar são aquelas indispensáveis ao cumprimento do contrato, sob pena de violação do princípio da competitividade.

Diante do princípio lembrado e da ordem Constitucional, cabe a administração, fundamentar a conveniência e a relevância pública da exigência de veículo com direção hidráulica para a efetiva prestação junto a população e de seu caráter indispensável. Apresentar o nexo de causalidade entre o critério técnico exigido e/ou pontuável e o benefício em termos de favorecimento ao alcance do objetivo da contratação, que devem estar claramente demonstrados e fundamentados no processo.

#### IV. DO REQUERIMENTO

Por todo o exposto, **requer-se:**

- a) O recebimento do presente recurso, tendo em vista sua tempestividade;
- b) A alteração do prazo de entrega do veículo de **“30 DIAS”** para **“120 DIAS”** de forma a garantir a ampla competitividade do certame;





- c) A alteração da exigência do item 01 de “PNEUS 175/65” para “PNEUS COM MEDIDA MÍNIMA 175/60”;
- d) A alteração da exigência do item 01 de “PORTA MALAS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 285 (DUZENTOS E OITENTA E CINCO) LITROS” para “PORTA MALAS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 265 LITROS”, e do item 02 de “PORTA MALAS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 480 (QUATROCENTOS E OITENTA) LITROS” para “PORTA MALAS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 460 LITROS”, de forma a garantir a ampla competitividade do certame.

Gratos pela atenção, a Impugnante aguarda pelas providências cabíveis, colocando-se à disposição por meio do endereço eletrônico [nissan.licitacoes@conselvan.com](mailto:nissan.licitacoes@conselvan.com) ou telefone (41) 3075-4491, para dirimir quaisquer outras dúvidas e desde já somos gratos.

Termos em que,  
Espera o deferimento.

Curitiba/PR, 09 de Novembro de 2017.

  
NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA

ALEXEY GASTÃO CONSELVAN - CPF/MF nº 623.410.499-15

Fone/Fax: (41)3075-4491- [nissan.licitacoes@conselvan.com](mailto:nissan.licitacoes@conselvan.com)



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

**PARECER JURÍDICO**

**Assunto: Licitação que tem por objeto a aquisição de três veículos destinados a secretaria de saúde, e, de um veículo para a assistência social.**

**Requerente: Departamento de Licitação**

**Data: 14 de novembro de 2017.**

**A) Relatório:**

Foi encaminhado a esta Assessoria Jurídica questionamento jurídico do Pregão Presencial n.º 042/2017, tendo em vista a apresentação de impugnação ao Edital pela empresa "Nissan do Brasil Automóveis Ltda.".

Em resumo, a empresa impugnante afirma que: a) O prazo de entrega do veículo é insuficiente. b) A especificação dos Pneus restringe a participação de fornecedores. c) O tamanho do porta malas restringe a participação de fornecedores. d) Que as cláusulas restritivas não são motivadas ou justificadas.

Pois bem. Relatados os argumentos da impugnação, passo a me manifestar:

**B) Fundamentação:**

**B.1) O prazo de entrega do veículo:**

A impugnante afirma em suma que o prazo de entrega estabelecido em edital de 30 (trinta) dias impede sua participação no certame, tendo em vista o prazo de montagem final e envio ao concessionário dos veículos.

Ainda, diz que o prazo para entrega deveria ser de 120 (cento e vinte dias).

Ora, conforme se observa no procedimento licitatório, nota-se que a compra dos veículos tem por objetivo atender as secretarias de saúde e de assistência social, ou seja, atividades essenciais para a população do município.

Não obstante, é imprescindível destacar que os veículos também serão utilizados para o transporte de pacientes para hospitais regionais, em especialidades não albergadas pela unidade básica de saúde.

Ora, o prazo de 30 (trinta) dias não parece insuficiente para entrega dos referidos veículos, tão pouco seria aceitável para a administração aguardar 120 (cento e vinte dias) para tanto.





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

Portanto, nota-se que o prazo de entrega de referidos veículos é vital para o efetivo atendimento de pacientes do município, assim, a alteração do prazo de 30 (trinta) dias para 120 (cento e vinte) dias traria sérios prejuízos ao objetivo final do certame, bem como a função social dos objetos adquiridos.

#### B.2) Especificação dos Pneus:

A impugnante requer, em resumo, a alteração da medida mínima dos pneus com medida 175/65 para 175/60, pois diz que trata-se de uma diferença irrisória.

Ora, no planejamento de suas aquisições de equipamentos, a Administração deve identificar um conjunto representativo dos diversos modelos existentes no mercado que atendam completamente suas necessidades antes de elaborar as especificações técnicas e a cotação de preços, de modo a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado e evitar o direcionamento do certame para modelo específico pela inserção no edital de características atípicas.

Nota-se pelo caderno licitatório, que a administração diligentemente reuniu 3 (três) orçamentos, cotando valores com especificações mínimas que atendam de forma equânime todas as interessadas.

Observa-se que não há má-fé na elaboração edital, já que é impraticável a realização de pesquisa de especificações técnicas mínimas de todas as marcas existentes no mercado, assim, nota-se que a administração desincumbiu-se de sua obrigação, pois a especificação técnica abrange várias marcas existentes no mercado, exceto a da impugnante.

Por outro lado, a Constituição Federal não admite que as licitações contenham cláusulas restritivas à participação dos interessados: art. 37, XXI:

“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**”

Esta disposição é repetida no art. 3º, § 1º, I, da Lei n. 8.663/93:

“É vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o objeto do contrato", ressalvadas exceções (§§ 5º a 12 do artigo e art. 3º da Lei n. 8.248/91, que dizem respeito a produtos manufaturados, serviços e informática)

Então, por disposição constitucional e legal, as únicas exigências que a administração pode fazer dos interessados em licitar são aquelas indispensáveis ao cumprimento do contrato, sob pena de violação do princípio da competitividade.

Toda licitação tem edital com cláusulas que restringem o objeto e o universo dos participantes, uma vez que a Administração necessita de um dado objeto (o que exclui os demais, semelhantes ou não) e de condições pessoais do futuro contratado que conduzam à alta probabilidade de que o contrato será cumprido.

Assim, ainda que não seja manifesto o interesse de restrição de participação ou direcionamento do certame, tal especificação pode limitar o universo de competidores.

Portanto, se faz necessário a retificação de tal especificação técnica, a fim de oportunizar a participação do maior número de interessados, já que tal exigência não se revela indispensável ao cumprimento do contrato.

B.3) Do tamanho do porta malas:

A impugnante requer, em resumo, a alteração da capacidade mínima de 285 l. para 265 l., para o item 1 e a alteração da capacidade mínima de 480 l. para 460 l. para o item 2 do edital licitatório, pois diz que trata-se de uma diferença irrisória.

Em muito se assemelha com o tópico anterior.

Nota-se pelo caderno licitatório, que a administração diligentemente reuniu 3 (três) orçamentos, cotando valores com especificações mínimas que atendam de forma equânime todas as interessadas.

Observa-se que não há má-fé na elaboração edital, já que é impraticável a realização de pesquisa de especificações técnicas mínimas de todas as marcas existentes no mercado, assim, nota-se que a administração desincumbiu-se de sua obrigação, pois a especificação técnica abrange várias marcas existentes no mercado, exceto a da impugnante.

Por outro lado, ainda que não seja manifesto o interesse de restrição de participação ou direcionamento do certame, tal especificação pode limitar o universo de competidores.





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

Portanto, se faz necessário a retificação de tal especificação técnica, a fim de oportunizar a participação do maior número de interessados, já que tal exigência não se revela indispensável ao cumprimento do contrato.

**C) Conclusão:**

Dessa forma, diante impugnação apresentada, esta procuradoria opina pelo procedência parcial, no sentido de indeferir o pedido de dilação de prazo de entrega, bem como pela retificação do edital, a fim de adequar as especificações técnicas mínimas, e, oportunizar a participação da impugnante.

Por fim, recomenda-se a edição de novo procedimento, com observância dos apontamentos indicados.

É o parecer.

  
HERBERT CORRÊA BARROS  
OAB/PR 51.127  
ADVOGADO DO MUNICÍPIO

17 - 04

SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

1985



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**


CNPJ 77.819.605/0001-33

**DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

Trata-se de Pedido de Impugnação ao Processo Licitatório nº 054/2017, Pregão Presencial n.º 042/2017, recebido via correios em 13 de novembro de 2017, cujo o objeto é aquisição de 03 (três) veículos zero quilometro destinados a Secretaria de Saúde e de 01 (um) veículo zero quilometro destinado a Secretaria de Assistência Social, requerido pela empresa **Nissan do Brasil Automoveis Ltda.**

A Assessoria Jurídica manifestou-se Parcialmente, desta forma, DEFIRO PARCIALMENTE os pedidos da IMPUGNAÇÃO.

São José das Palmeiras, 16 de novembro de 2017.

  
Gilberto Fernandes Salvador  
Prefeito Municipal